



**+ Governo.**  
Mourão defende diálogo e paciência em relação ao Congresso **PÁG. 13**

## FISCAIS LAVRAM 11 AUTOS DE INFRAÇÃO POR EXPLORAÇÃO DE MINÉRIO NO PARÁ



**FISCALIZAÇÃO.** As equipes de fiscalização da Semas (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade) deflagraram uma operação de combate à exploração irregular de minério na região nordeste. Os fiscais percorreram, durante uma semana, os municípios de Castanhal, Terra Alta e Capitão Poço, vistoriando empreendimentos que retiram minério do solo. As equipes lavraram 11 autos de infração, a maioria por funcionamento sem a devida licença ambiental.

**ECONOMIA** ALÍQUOTA SERIA PARA VALORES EM DINHEIRO; NO CASO DO DÉBITO E CRÉDITO, VALOR INICIAL ESTUDADO PELO GOVERNO É DE 0,2%

# Governo planeja cobrar imposto de 0,4% para saques e depósitos

Apesar de o governo rechaçar a comparação com a antiga CPMF, o próprio secretário defendeu o novo imposto mostrando um gráfico que mostra o histórico relativamente estável das alíquotas de CPMF ao longo dos anos

### BRASÍLIA

**Das agências**  
@jornalovale

O governo planeja em sua proposta de reforma tributária que saques e depósitos em dinheiro sejam taxados com uma alíquota inicial de 0,4%. A cobrança integra a ideia do imposto sobre pagamentos, que vem sendo comparado à antiga CPMF.

Já para pagamentos no débito e no crédito, a alíquota inicial estudada é de 0,2% (para cada lado da operação, pagador e receptor).

Ambas as taxas tendem a crescer após serem criadas, já que ideia do governo é usar o novo imposto para substituir gradualmente a tributação sobre os salários, considerada pela equipe eco-

nômica como nociva para a geração de empregos no país.

Marcelo de Sousa Silva, secretário especial adjunto da Receita Federal, defendeu o novo tributo nesta terça-feira no Fórum Nacional Tributário (promovido pelo sindicato dos auditores fiscais, em Brasília), ao ressaltar que ele substituiria tanto a tributação sobre a folha como o IOF.

Apesar de o governo rechaçar a comparação com a antiga CPMF, o próprio secretário defendeu o novo imposto mostrando um gráfico que mostra o histórico relativamente estável das alíquotas de CPMF ao longo dos anos em que vigorou, o que representaria uma previsibilidade para o novo imposto.

Silva afirmou que, com a



**Dinheiro.** Alíquota de até 0,4%

substituição da tributação sobre folha de pagamentos pelo novo imposto, a seguridade social acabaria sendo bancada pela sociedade como um todo. “Estamos transferindo o ônus para toda a sociedade”, afirmou o secretário.

Ele ressaltou logo em seguida que a reforma vai propor, por outro lado, benefícios como ampliação da faixa de isenções e reembolso de impostos a pessoas de baixa renda.

Ele disse ainda que as proposta de alteração no imposto de renda devem ser concluídas pela equipe econômica ainda nesta semana. O secretário ainda indicou que a reforma tributária deve começar com a união apenas de PIS e Cofins, que virariam a Contribuição sobre Bens e Serviços. A alíquota proposta será de 11%. ■

### GOVERNO

## Presidente já disse ser contra criação de imposto nos moldes da antiga CPMF

**OPINIÃO.** O presidente da República, Jair Bolsonaro, que se recupera da quarta cirurgia por conta da facada sofrida no ano passado, disse várias vezes ser contrário ao retorno de um imposto nos moldes da

antiga CPMF. Uma das últimas vezes foi no dia 19 de agosto, durante uma entrevista coletiva para jornalistas. Na oportunidade, o presidente disse que a reforma tributária não gerará nenhum novo tributo. “CPMF

de volta, não”, disse o presidente em referência ao tributo que existiu até 2007. “Já falei que não existe CPMF. O que ele [Marcos Cintra, Secretário da Receita Federal] quer mexer, é tudo proposta. Não vai depois dizer lá na frente que eu recuei. Tudo é proposta”, disse o presidente da República em uma outra oportunidade. ■